

**CLAUDIA
SAFATLE**

Governo conflagrado

Economia Brasil

O governo passa por um momento delicado de recrudescimento de uma dicotomia latente, que até agora vinha sendo apaziguada porque era mais urgente consolidar a estabilização. À medida que a política macroeconômica — reforço do superávit fiscal, controle da inflação e virada nas contas externas com taxa de câmbio flutuante — criou um ambiente de retomada do crescimento, torna-se possível ao governo dedicar-se mais aos temas da vida real.

É aí que os conflitos entre a visão macroeconômica liberal e o viés intervencionista na microeconomia, vêm à superfície e exacerbam a divisão. Essas são posições que convivem historicamente no país. Foi assim na década de 70, na versão dos ministros da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, e do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso; e nos oito anos de governo tucano. Mas as raízes dessa polarização podem ser encontradas antes, nos anos 50 e 60.

Neste governo, porém, assumem um caráter inquietante porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva balança entre os dois pólos. O movimento pendular de Lula pesa mais para um dos lados, onde estão as bandeiras históricas do PT, embora o senso de realidade, imposto até pela escassez de dinheiro público, o puxe para a tomada de decisões mais racionais.

De um lado está José Dirceu, ministro chefe da Casa Civil, o homem mais importante do PT, que tem a seu favor a máquina partidária e, no partido, o reconhecimento de ter sido o autor da conquista do poder pelo PT. Quase um primeiro-ministro, Dirceu aglutina as forças que querem o Estado puxando o crescimento, ação incompatível com a falência das finanças públicas. Agora conseguiu para si o comando de uma parte da política econômica, através da criação da Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico, instituída por decreto presidencial com poderes decisórios, para “formular políticas e estabelecer diretrizes gerais e planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico, e coordenar, articular e acompanhar a implementação dos programas e ações estabelecidos com vistas a promover o desenvolvimento econômico”.

Foi, assim, a mais recente ação dessa parte do governo que acredita que o Estado pode tudo e que tem o apoio de um naco do empresariado brasileiro que ainda se alimenta do nacionalismo ancião e do acesso aos recursos públicos. A criação de mais esse fórum, sob a presidência de Dirceu, causou tanto barulho no governo e fora dele, que em discurso na solenidade de instalação da Câmara, na quarta-feira, o presidente Lula retirou o

Cresce a pressão pelo aumento do gasto

papel decisório da Câmara, embora este continue no texto do decreto. Para o palácio do Planalto, ela será, agora, apenas um fórum de reflexões sobre as políticas e projetos que darão sustentação ao crescimento. Era para ser uma festa, mas na última hora Lula preferiu uma cerimônia discreta, sem imprensa e sem fotos.

Do outro lado, está Antônio Palocci, ministro da Fazenda, que na condução da política macroeconômica trouxe credibilidade ao governo. Palocci conta com o apoio de Lula, tem a seu lado o Banco Central; não raro, tem a ajuda dos ministros do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e da Agricultura, Roberto Rodrigues e a torcida do empresariado mais moderno. A base de sustentação parlamentar do ministro da Fazenda, principalmente à véspera das eleições, se resume a um deputado do PT, Paulo Bernardo (PR) e a um senador do PSDB, Tasso Jereissati (CE). Com firmeza no comando das políticas fiscal e monetária, as equipes de Palocci e do BC vêm sendo ajudadas por um ambiente internacional menos hostil e começam a colher frutos na retomada do crescimento.

Quando o conflito entre essas duas correntes de pensamento e ação política se expressa de forma mais aguda? A rigor, quando os temas perdem a natureza genérica e começam a afetar os interesses do governo e de grupos econômicos. Há quase 19 meses o governo discute questões regulatórias e, nessas, as diferenças se avolumam, o processo de convergência de idéias é lento e doloroso.

Desde o início do governo que área econômica e ministério da Defesa se acotovelam no debate sobre o acordo Varig-TAM e nas ações da Gol. Em certa reunião — a Gol havia recém lançado a promoção de passagens aéreas a R\$ 50,00 — um dos representantes do Departamento de Aviação Comercial (DAC), comentou: “Nós não temos nada contra a GOL. O problema é que ela quer roubar clientes das outras companhias aéreas e isso não podemos deixar”, diz uma fonte do governo presente a esse encontro.

No setor elétrico, as discussões sobre marco regulatório começaram em janeiro de 2003. De início, a ministra Dilma Rousseff pensou em uma nova estatal para comercializar a energia no país. Assessores de Palocci tentaram desmontar a idéia. No debate, decidiu-se por uma empresa mista, a Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE), que vai centralizar todos os contratos entre geradoras e distribuidoras (o “pool”). Contudo, o modelo ficou mais estatal do que a Fazenda pretendia.

Durante as reuniões para montar as regras de investimentos em saneamento básico, os assessores de Palocci tentaram demover o ministro das Cidades, Olívio Dutra, de criar instâncias decisórias (conselhos das cidades, dos estados e o conselho nacional) que constavam da proposta original, e criar fundos para subsidiar as obras de investimentos. Os conselhos subsistem no anteprojeto; os fundos, não.

Mesmo na administração diária do rigor fiscal há furos que Palocci já não consegue controlar. Guido Mantega, do Planejamento, por exemplo, obteve de Lula a aprovação dos reajustes salariais dos servidores públicos civis — uma conta de mais R\$ 3,8 bilhões — e do reajuste de 10% para os militares — um gasto de mais R\$ 750 milhões neste ano. Sobre o pagamento aos aposentados, o presidente aprovou, e depois desistiu do aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos empregadores, de 20% para 20,6%, sugerida por Palocci.

Apesar dos avanços e recuos, a equipe econômica tem obtido mais vitórias que derrotas nos seus embates, porque consegue, no fim, preservar o equilíbrio fiscal. Mas já começa a se preocupar com o ataque aos cofres que pode vir da nova Câmara de Desenvolvimento, que na primeira reunião tratará da política industrial.

Claudia Safatle é diretora-adjunta em Brasília. Escreve às sextas-feiras.

E-mail Claudia.Safatle@valor.com.br